

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .ª)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

No âmbito da Jornadas Parlamentares do PCP, no distrito de Aveiro realizadas recentemente, este grupo parlamentar reuniu com pescadores da freguesia da Torreia – Concelho de Murtosa. Estes pescadores, na sua maioria apanhadores de bivalves na Ria de Aveiro, colocaram algumas preocupações sobre a sua atividade. A preocupação mais sentida é com a destruição dos habitats, nomeadamente os que servem de maternidade aos bivalves. Esta destruição está a ser praticada pelos arrastões que operam de forma ilegal na Ria. Eisto, segundo nos informaram, acontece por incapacidade de intervenção dos serviços de fiscalização. Estes arrastões provocam estragos no berbigão, amêijoia, linguado e no choco. O Berbigão, que é a espécie de que a maioria dos pescadores vive, está a desaparecer.

Estes pescadores já apresentaram um abaixo-assinado subscrito por 60 proprietários de embarcações, mas, até agora, sem êxito.

Na audição do Ministério da Agricultura e do Mar, realizada esta semana, o Grupo Parlamentar do PCP confrontou o Governo com este problema mas infelizmente não obteve qualquer resposta.

Foi-nos apresentada outra preocupação: a delimitação das áreas da instalação de viveiros de ostras. Segundo os pescadores, foram delimitados os locais mais usados pelos pescadores na sua atividade. A instalação dos viveiros nessas áreas irá retirar aos pecadores as melhores áreas de apanha.

Outra preocupação daqueles trabalhadores é com as licenças. Nos últimos anos não têm sido emitidas licenças de pescador, mas apenas de mariscador. Como os pescadores têm autorizações para a captura de bivalves, na prática, acabam por desenvolver as mesmas atividades. Contudo não só o preço das licenças é diferente como as obrigações são também diferentes.

Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, o seguinte:

1. Como está o Governo a acompanhar a atividade dos arrastões que estão a destruir os ecossistemas da Ria de Aveiro?
2. Que dificuldades têm tido os serviços fiscalizadores em desenvolver a sua atividade?

3. O que irá o Governo fazer para acabar com esta atividade ilegal?
4. Está o Governo disponível para encontrar mecanismo de compensação dos pescadores que vivem de uma Ria que está a ser destruída?
5. Os pescadores foram ouvidos no processo de delimitação das áreas de instalação de viveiros das ostras?
6. Está o Governo disponível para rever essas limitações de modo a poder compatibilizar os interesses de pescadores e viveiristas?
7. Qual o problema em concreto com emissão de licenças quando a atividade desenvolvida é a mesma?
8. Está o Governo disponível para encontrar soluções de igualdade nas licenças para desenvolver a sua atividade?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 13 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

JOÃO RAMOS(PCP)

CARLA CRUZ(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)